

EMPRESA DE TURISMO DE PERNANBUCO GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS S.A. – EMPETUR

RELATÓRIO FINAL

EXERCÍCIO 2021

Rio de Janeiro, 28 de março de 2022.

Aos
ACIONISTAS DA
EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS S.A. – EMPETUR
OLINDA-PE

REF.: RELATÓRIO FINAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

Apresentamos a V.Sas. o conjunto das Demonstrações Contábeis acima referenciadas, composto de:

- 1 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES;
- 2 – CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES E NOTAS EXPLICATIVAS;

Releva observar que este relatório representa, através do “Relatório dos Auditores Independentes”, nossa opinião definitiva sobre as peças contábeis e os controles internos utilizados por V.Sas. no exercício de 2021, sendo que assuntos de menor relevância e não comentados no referido Relatório encontram-se nas Cartas de Controles Internos emitidas.

1 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos acionistas da

EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS S.A. – EMPETUR
Olinda-PE

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS S.A. – EMPETUR, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS S.A. – EMPETUR, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Propriedade Para Investimentos e Imobilizado

Conforme mencionado na nota explicativa “3.d”, em 2015 a sociedade realizou levantamento e avaliação dos bens imóveis e decidiu reclassificá-los como Propriedades Para Investimento, devido à exploração econômica com aluguéis, situação que permanece até o momento. Os valores dos imóveis, R\$ 215.290.000,00, não vêm sendo reavaliados. A mesma nota menciona que a EMPETUR pretendia contratar empresa especializada, ainda em 2021, para realizar a reavaliação dos Imóveis com estudos topográficos, porém, devido ao cenário de pandemia, a proibição de contratações já existente em 2020, permaneceu por meio do Decreto nº 50.052, de 07 janeiro de 2021. No entanto essa contratação está em fase de processo licitatório. Fomos informados, ainda, de que se faz necessário realizar a avaliação para fins de levantamento da metragem dos imóveis e segregar devidamente as parcelas a serem registradas como Propriedade Para Investimento das que devem ser registradas como Imobilizado, pois há parte de imóvel utilizada nas atividades normais da empresa e portanto indevidamente registrada como Investimentos. A situação aqui exposta contraria a NBC TG 28 – Propriedade Para Investimento em seu item “10”, que dispõe que: *“Algumas propriedades compreendem uma parte que é mantida para obter rendimentos ou para valorização de capital e outra parte que é mantida para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas. Se essas partes puderem ser vendidas separadamente (ou arrendadas separadamente sob arrendamento financeiro), a entidade contabiliza as partes separadamente. Se as partes não puderem ser vendidas separadamente, a propriedade só é propriedade para investimento se uma parte insignificante for mantida para uso na produção ou*

fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas.” Não obtivemos acesso a documentos que comprovem a propriedade da EMPETUR em relação a maioria desses imóveis, exceto o Centro de Convenções localizado em Olinda-Pernambuco. Ressaltamos, ainda, que caso os imóveis não atendam aos requisitos necessários para serem caracterizados como Investimentos, deveriam estar sendo depreciados normalmente como imobilizado.

A EMPETUR não realizou o teste de recuperabilidade em seu Imobilizado, registrado no valor total de R\$ 8.684.213,76 líquido das depreciações. A NBC TG 27 - Ativo Imobilizado, estabelece o tratamento contábil para ativos imobilizados, sendo que as principais questões a serem consideradas na contabilização são a) o reconhecimento dos ativos; b) a determinação dos seus valores contábeis; e c) os valores de depreciação e de perdas por redução ao valor recuperável a serem reconhecidos em relação a eles.

Diante do aqui exposto não foi possível atestarmos os saldos contábeis das Propriedades para Investimento e dos Bens do Imobilizado, nem mensurarmos o valor que deveria estar registrado como Depreciação Acumulada.

Fornecedores

O balanço da EMPETUR apresenta um montante no valor de R\$ 5.092.439,26 registrado em seu Passivo Circulante a título de Fornecedores. No entanto não recebemos documentação que dê suporte a esse registro. Dessa forma não nos foi possível atestarmos o saldo dessa rubrica, nem confirmarmos que os registros atendem aos critérios de definição de passivo, conforme a NBC TG EC – Estrutura Conceitual, em seus itens “4.26” a “4.47”.

Depósitos de Cauções de Terceiros

O balanço da EMPETUR apresenta um montante no valor de R\$ 1.253.454,35 registrado em seu Passivo Circulante a título de Depósitos de Cauções de Terceiros. No entanto não recebemos documentação que dê suporte a esse registro. Dessa forma não nos foi possível atestarmos o saldo dessa rubrica, nem confirmarmos que os registros atendem aos critérios de definição de passivo, conforme a NBC TG EC – Estrutura Conceitual, em seus itens “4.26” a “4.47”.

Ajustes de Exercícios Anteriores

Conforme mencionado na nota explicativa “17”, a EMPETUR trata como Ajuste de Exercícios Anteriores valor recebido da Secretaria da Fazenda a título de subvenção para pagamento de restos a pagar processados, que no exercício de 2021 foi um total de R\$ 7.068.539,33, registrado a crédito no Patrimônio Líquido e a débito de Receitas. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, transferências para pagamento de restos a pagar são receitas extraorçamentárias e não devem influenciar o Patrimônio. À luz das normas de contabilidade, aplicadas às sociedades por ações, as subvenções governamentais devem ser reconhecidas como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições definidas em norma. A subvenção governamental não

pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido, conforme determina a NBC TG 07(R2). Dessa forma, entendemos que há um incremento indevido no Patrimônio Líquido da entidade no valor das subvenções recebidas destinadas a pagamentos de restos a pagar e que a Reserva de Lucro vem sendo aumentada de maneira indevida.

Confirmações Externas

Como procedimentos de auditoria, em atendimento à NBC TA 505, solicitamos confirmações externas junto a cem por cento das Instituições Financeiras. No entanto, como não fomos respondidos em sua totalidade, parte de nossa opinião para saldos e operações com instituições financeiras foi embasada em procedimentos alternativos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

A Forma Jurídica da EMPETUR

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, item “a”, em 1991 a EMPETUR foi transformada em uma sociedade anônima de capital aberto. Segundo informações da administração, o objetivo era privatizá-la. Porém esse processo não teve prosseguimento de modo que a empresa, em sua forma jurídica, é uma Sociedade por Ações de Capital Aberto, mas na essência continua sendo uma estatal dependente do governo do estado de Pernambuco. Essa situação prejudica a companhia em vários aspectos uma vez que a empresa, como Sociedade por Ações, deve atender à legislação societária comercial, Lei nº 6.404/76 e; como Estatal dependente deve atender à Lei nº 4.320/64. Ocorre que, embora após a aderência das normas contábeis aplicadas ao setor público às normas internacionais, a Contabilidade pública muito se aproxime às exigências da Contabilidade privada, ainda restam diferenças relevantes que dificultam o atendimento aos dois grupos de normas. Citamos aqui duas situações contraditórias entre as duas normas: a) desde o advento das Leis 11.638/07 e 11.941/09, a Lei 6.404/76 proibiu as reavaliações de ativos, já para as empresas públicas não estão proibidas; b) a EMPETUR como Sociedade de Capital aberto, ao apresentar lucro deve distribuir dividendos aos seus acionistas, já como empresa estatal dependente é proibida de distribuir qualquer resultado. Chamamos a atenção à NBCT EC – Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros, que no transcorrer de seu texto defende que a Essência Econômica deve prevalecer sobre a Forma Jurídica. Nossa opinião não possui modificação a esse respeito.

Outros assuntos

Auditoria do Período Anterior

As demonstrações contábeis da EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS S.A. – EMPETUR para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram por nós auditadas, que emitimos Relatório dos Auditores Independentes com modificação de opinião, datado em 15/03/2021, com ressalvas sobre a Inexistência de Avaliação das Propriedades Para Investimentos e Teste de Recuperabilidade de Ativos, Registro Indevido de Despesa de Reavaliação de Bens Móveis, Acréscimo Indevido na Receita com Cancelamento de Restos a Pagar Processados, o Não Recebimento de Respostas às Circularizações das Instituições Financeiras na Totalidade e Ressalvas sobre Representações Formais e Ajustes de Exercícios Anteriores, semelhantes as deste relatório.

Demonstração do Valor Adicionado – DVA

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS S.A. – EMPETUR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da EMPETUR é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Principais assuntos de auditoria

Exceto pelos assuntos descritos nas seções “Base para opinião com ressalva” e “ênfase” não existem outros principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos

relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa

opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Olinda, 28 de março de 2022.

PLM AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA
CRC RJ 008323/O-7 PE
Márcio de Mendonça Fernandes
Contador CRC RJ 108281/O-0 PE
CNAI N° 4243
Sócio - Responsável Técnico

2 – CONJUNTO DAS DEMONSTRAÇÕES E NOTAS EXPLICATIVAS



PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Recife, 31 de dezembro de 2021

IVA DAS NEVES LIMA DE SOUZA
CONTADOR CRC 023898 - BA / S - PE

EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em reais)

	DEZ-2021	DEZ-2020
Receita Operacional Líquida (15)	3.267.580	3.346.466
Custos dos Serviços Prestados	-	-
Lucro Bruto	3.267.580	3.346.466
(Despesas) receitas Operacionais (16)		
Gerais e Administrativas	(45.087.821)	(53.533.500)
Pessoal e encargos	(20.679.735,92)	(20.657.627)
Tributárias	(929.208,11)	(540.549)
Outras Despesas Operacionais	(780.745,53)	(609.918)
Outras Receitas Operacionais	2.159.573,13	2.878.878
Transferências Líquidas do Tesouro Estadual	55.576.756,30	57.951.004
Lucro Operacional antes do resultado financeiro	(6.473.602)	(11.165.246)
Resultado financeiro (17)		
Receitas financeiras	7.310	13.898
Despesas financeiras	(286.196)	(182.234)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.752.487)	(11.333.581)
Lucro Líquido do Exercício	(6.752.487)	(11.333.581)
Lucro por lote de 1.000.000 ações do Capital Social no final do exercício	(6,75)	(11,33)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Recife, 31 de dezembro de 2021

ANTONIO PERES NEVES
BAPTISTA:03034465440

Assinado de forma digital por ANTONIO
PERES NEVES BAPTISTA:03034465440
Dados: 2022.03.23 10:22:50 -03'00'

ANTÔNIO PERES NEVES BAPTISTA
DIRETOR PRESIDENTE

IVA DAS NEVES LIMA
DE
SOUZA:64867234591

Assinado de forma digital por IVA
DAS NEVES LIMA DE
SOUZA:64867234591
Dados: 2022.03.23 12:21:05 -03'00'

IVA DAS NEVES LIMA DE SOUZA
CONTADOR CRC 023.898/O - BA/SPE

EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em reais)

	2021	2020
Lucro ou Prejuízo do Exercício	(6.752.486,80)	(11.333.581,26)
Retificação de Erro	22.148.351,74	24.550.176,52
Resultado Abrangente Total	15.395.865	13.216.595

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Recife, 31 de dezembro de 2021

ANTONIO PERES NEVES
BAPTISTA:03034465440

Assinado de forma digital por
ANTONIO PERES NEVES
BAPTISTA:03034465440
Dados: 2022.03.23 10:21:30 -03'00'

ANTÔNIO PERES NEVES BAPTISTA
DIRETOR PRESIDENTE

IVA DAS NEVES LIMA
DE
SOUZA:64867234591

Assinado de forma digital por
IVA DAS NEVES LIMA DE
SOUZA:64867234591
Dados: 2022.03.23 12:17:47
-03'00'

IVA DAS NEVES LIMA DE SOUZA
CONTADOR CRC 023898 - BA /S - PE

EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em reais)

Eventos	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	72.065.680,99	28.699.976,11	80.796.589,83	181.562.246,93
Ajustes de Exercícios Anteriores			24.550.176,52	24.550.176,52
Prejuízo do exercício			(11.333.581,26)	(11.333.581,26)
Aumento de Reserva de Capital				-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	72.065.680,99	28.699.976,11	94.013.185,09	194.778.842,19
Ajustes de Exercícios Anteriores			22.148.351,74	22.148.351,74
Prejuízo do exercício			(6.752.486,80)	(6.752.486,80)
Aumento de Reserva de Capital				-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	72.065.680,99	28.699.976,11	109.409.050,03	210.174.707,13

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Recife, 31 de dezembro de 2021

ANTONIO PERES NEVES Assinado de forma digital por ANTONIO PERES NEVES BAPTISTA:03034465440
Dados: 2022.03.23 10:20:56 -03'00'
ANTÔNIO PERES NEVES BAPTISTA
DIRETOR PRESIDENTE

IVA DAS NEVES
LIMA DE
SOUZA:64867234
591

Assinado de forma digital por IVA DAS NEVES LIMA DE SOUZA:64867234591
Dados: 2022.03.23 12:14:14 -03'00'

IVA DAS NEVES LIMA DE SOUZA
CONTADOR CRC 023.898/O - BA/SPE

EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em reais)

Das atividades operacionais

Lucro (Prejuízo) líquido do exercício

Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com os recursos provenientes de atividades operacionais:

Depreciação e amortização

Ajustes de exercícios anteriores (18)

Resultado ajustado por itens que não representam movimentação no caixa

Variação nos Ativos operacionais

Variação de Clientes

Variação de Adiantamentos

Variação de Depósitos Judiciais (Circulante)

Variação de Depósitos Judiciais (Não Circulante)

Variação de Estoques

Variação de Despesas Antecipadas

Variação de Outros Créditos

Variação do Imobilizado

Caixa gerado/consumido na variação dos ativos operacionais

Variação nos Passivos operacionais

Variação de Salários e Encargos Sociais

Variação de Obrigações Trabalhistas

Variação de Fornecedores

Variação de Impostos e Contribuições a Recolher

Variação de Depósitos de Diversas Origens

Variação de Receitas a Classificar

Variação de Adiantamentos Recebidos

Variação de Outras Obrigações

Variação de Provisão sobre contingências judiciais

Variação de Operações vinculadas a convênios

Caixa gerado/consumido na variação dos Passivos operacionais

Caixa gerado/consumido nas operações do exercício 2021

Das atividades de investimentos

Acréscimo/Redução do Imobilizado por ajuste e transferencia para investimentos

Aquisição de bens móveis do Imobilizado

Caixa gerado/consumido na variação das Atividades de Investimento

Caixa e equivalentes de caixa:

Saldo Inicial

Saldo Final

	2021	2020
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(6.752.486,80)	(11.333.581,26)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com os recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	863.889,31	923.972,98
Ajustes de exercícios anteriores (18)	22.148.351,74	24.550.176,52
Resultado ajustado por itens que não representam movimentação no caixa	16.259.754,25	14.140.568,24
Variação nos Ativos operacionais		
Variação de Clientes	-	85.337,72
Variação de Adiantamentos	1.560,44	25.015,20
Variação de Depósitos Judiciais (Circulante)	(826.924,48)	637.002,56
Variação de Depósitos Judiciais (Não Circulante)	(10.777,91)	2.754.843,20
Variação de Estoques	(123.359,36)	(91.840,62)
Variação de Despesas Antecipadas	(59.924,98)	(110.391,37)
Variação de Outros Créditos	-	-
Variação do Imobilizado	297,02	306.645,50
Caixa gerado/consumido na variação dos ativos operacionais	(1.019.129,27)	3.606.612,19
Variação nos Passivos operacionais		
Variação de Salários e Encargos Sociais	(931.277,26)	95.975,02
Variação de Obrigações Trabalhistas	401.333,89	(255.779,35)
Variação de Fornecedores	(8.861.600,71)	(17.268.613,09)
Variação de Impostos e Contribuições a Recolher	349.852,64	(1.145.973,92)
Variação de Depósitos de Diversas Origens	53.213,53	(178.721,14)
Variação de Receitas a Classificar	(15.699,23)	(98.932,73)
Variação de Adiantamentos Recebidos	9.998,85	163.289,58
Variação de Outras Obrigações	(423.850,44)	(4.382.751,59)
Variação de Provisão sobre contingências judiciais	(7.513.109,66)	1.241.939,43
Variação de Operações vinculadas a convênios	-	(933.806,39)
Caixa gerado/consumido na variação dos Passivos operacionais	(16.931.138,39)	(22.763.374,18)
Caixa gerado/consumido nas operações do exercício 2021	(1.690.513,41)	(5.016.193,75)
Das atividades de investimentos		
Acréscimo/Redução do Imobilizado por ajuste e transferencia para investimentos	-	-
Aquisição de bens móveis do Imobilizado	(83.440,93)	(150.118,43)
Caixa gerado/consumido na variação das Atividades de Investimento	(1.773.954,34)	(5.166.312,18)
Caixa e equivalentes de caixa:		
Saldo Inicial	3.766.530,07	8.932.842,25
Saldo Final	1.992.575,73	3.766.530,07
	(1.773.954,34)	(5.166.312,18)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Recife, 31 de dezembro de 2021

ANTONIO PERES
NEVES
BAPTISTA:030344
65440

Assinado de forma digital
por ANTONIO PERES NEVES
BAPTISTA:03034465440
Dados: 2022.03.28 16:24:17
-03'00'

ANTÔNIO PERES NEVES BAPTISTA
DIRETOR PRESIDENTE

IVA DAS NEVES
LIMA DE
SOUZA:648672345
91

Assinado de forma digital
por IVA DAS NEVES LIMA
DE SOUZA:64867234591
Dados: 2022.03.28
16:22:43 -03'00'

IVA DAS NEVES LIMA DE SOUZA
CONTADOR CRC 023898 - BA /S - PE

EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(em reais)

	2021	2020
RECEITAS OPERACIONAIS		
Venda de Serviços	3.365.347	3.638.065
Outras Receitas	56.264.918	58.191.474
	59.630.264	61.829.539
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custos dos Serviços Prestados	-	-
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(44.262.726)	(49.191.926)
(Perda)/Recuperação de valores ativos	-	(3.158)
Outras (Reavaliação de Imóveis para Investimento)	(44.262.726)	(49.195.084)
	15.367.538	12.634.455
VALOR ADICIONADO BRUTO		
RETENÇÕES		
Depreciação e Amortização	(863.889)	(923.973)
	14.503.649	11.710.482
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas Financeiras	7.310	13.898
	14.510.959	11.724.380
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e Encargos	16.948.678	17.009.062
Impostos, Taxas e Contribuições	4.314.768	6.048.899
Lucro (Prejuízo)	(6.752.487)	(11.333.581)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	14.510.959	11.724.380

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Recife, 31 de dezembro de 2021

ANTONIO PERES NEVES
BAPTISTA:03034465440

Assinado de forma digital por
ANTONIO PERES NEVES
BAPTISTA:03034465440
Dados: 2022.03.23 10:23:27 -03'00'

ANTÔNIO PERES NEVES BAPTISTA
DIRETOR PRESIDENTE

IVA DAS NEVES LIMA
DE
SOUZA:64867234591

Assinado de forma digital por IVA
DAS NEVES LIMA DE
SOUZA:64867234591
Dados: 2022.03.23 12:22:50 -03'00'

IVA DAS NEVES LIMA DE SOUZA
CONTADOR CRC 023.898/O - BA/SPE



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



1. Contexto Operacional

a) Caracterização da Entidade

A Empresa de Turismo de Pernambuco S.A. - EMPETUR, na qualidade de empresa pública, teve sua criação autorizada pela Lei n. ° 6.030, de 03/11/1967, regulamentada pelo Decreto-Lei n. ° 1.464, de 13/12/1967. Através da Lei Estadual n. ° 10.690/1991, a Empetur passou a ser uma sociedade anônima e incorporou o Centro de Convenções – CECON e outros equipamentos. Em 23/12/2014 através da LEI Nº 15.431, a Empresa de Turismo de Pernambuco - EMPETUR teve sua denominação social alterada para Empresa de Turismo de Pernambuco Governador Eduardo Campos. - EMPETUR, com sede na Av. Professor Andrade Bezerra, S/N, Salgadinho, Olinda/PE.

b) Finalidade

A EMPETUR tem como finalidade básica a promoção do desenvolvimento do Turismo em estreita consonância com a política de desenvolvimento econômico e social do Estado e a implantação e exploração, direta ou mediante concessão, de um complexo de instalações e serviços adequados à realização de convenções, feiras, exposições, conferências e correlatas, no Estado de Pernambuco, no que utiliza o Complexo do Centro de Convenções localizado em Olinda-Pe.

A partir do Decreto n. ° 21.377, de 19/04/1999, a EMPETUR passou, entre suas atividades, a acumular a gestão administrativa e financeira do Parque de Esportes e Lazer Arcoverde, sob a supervisão conjunta da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.

Em 09 de junho de 2016, entra em vigor a Lei 15.836 que autoriza a gestão da Arena Pernambuco pela Empresa de Turismo de Pernambuco Governador Eduardo Campos, introduzindo em suas atividades mediante convênio a administração, manutenção, conservação, operação e exploração econômica dos ativos imobiliários e mobiliários que compõe a arena.



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



c) Legislação Aplicável

As atividades da empresa estão disciplinadas pela Lei n.º 6.404/1976 (Lei das Sociedades Anônimas e alterações posteriores), pelo Decreto-Lei n.º 5.452/1943, pela Consolidação das Leis do Trabalho, LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios além de seu Estatuto Social, Regimento Interno e as demais normas de Direito Público e Privado.

Aplicam-se também, a partir de 04/05/2000, os dispositivos constantes da Lei Complementar Federal n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), haja vista a EMPETUR preencher os requisitos descritos no art. 2º, inciso III daquela lei referente à sua caracterização como empresa estatal dependente.

d) Repasse de Recursos

Em função do seu objeto social, a EMPETUR recebeu através da rubrica "Receitas de Subvenções", recursos repassados pelo Tesouro Estadual, vinculados a despesas criadas para promover o turismo no Estado de Pernambuco. Por conseguinte, nas rubricas das Despesas Administrativas – "Publicidade para Promoção do Turismo" e "Convênios (Subvenções) e Contratos para Eventos" – estão registrados valores que foram repassados a terceiros, onde a empresa exerceu a função de intermediária dessas operações.

e) Situação Patrimonial

A administração da empresa, ciente da situação patrimonial e financeira refletida nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021, entende assegurada a continuidade de suas operações pelo fato de o controle da sociedade pertencer ao Governo do Estado de Pernambuco.



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis intermediárias

Por ter suas atividades disciplinadas pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, as demonstrações contábeis foram elaboradas para fins de publicação em conformidade com os princípios de contabilidade emanados da Lei das Sociedades Anônimas e dispositivos complementares de acordo com as práticas contábeis.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

.

3. Principais Práticas Contábeis

Na observância do regime de competência, a entidade adota as seguintes principais práticas contábeis:

a) Disponibilidades

São demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo o valor de mercado.

b) Contas a Receber

Representam os valores faturados, relativos às receitas de serviços recreativos e culturais.

c) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis e são compostos exclusivamente ao consumo interno.



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



d) Investimento

Em 2015, foram realizados levantamento e avaliação dos bens imóveis da empresa, e foi definido na época, que esses passariam a ser considerados como propriedades para investimento em virtude de a empresa explorar economicamente (aluguel) esses imóveis. Em 2021, a situação permaneceu inalterada, pois devido a pandemia do COVID e de acordo com o Decreto nº 50.052, de 07 de janeiro de 2021, que proibiu contratações durante a pandemia não foram autorizadas as contratações de empresa especializada em reavaliações de imóveis (edificações), parte externa e divisões internas em todos os equipamentos, como também, a contratação do serviço de estudo topográfico para se ter de fato a metragem dos terrenos. O processo de contratação está na fase do processo licitatório e quando os objetos contratados forem prestados será possível fazer a devida classificação dos bens imóveis, já que em 2015 foram classificados em sua totalidade como bens de investimentos, sem fazer a distinção das áreas administrativas, das áreas de geração de receita própria e das áreas de propriedade para investimentos.

e) Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com reparos e manutenção do Ativo Imobilizado, quando representam melhorias (aumento da capacidade instalada ou da vida útil), são capitalizados, enquanto os demais são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência.

Em virtude da mudança da política contábil realizada pela Administração da EMPETUR em 2015, todos os bens imóveis passaram a ser considerados como Propriedades para Investimento, em 2020, houve avaliação somente das edificações na parte externa, com valores aproximados, ficando pendente as avaliações dos terrenos com métricas mais precisas, através dos laudos topográficos.



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



f) Intangível

Verificamos que existia um saldo defasado classificado como intangível, que se tratava de ações da Telebrás pertencente ao Centro de Convenções antes de ser incorporado a Empetur. No último trimestre de 2021, houve a atualização do valor e registro, de acordo com as informações atualizadas, repassadas pelo Banco do Brasil.

g) Provisão para Contingências

São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados em 2021 como sendo de perdas possíveis no valor de R\$ 5.965.554,06 (cinco milhões, novecentos e sessenta e cinco, quinhentos e cinquenta e quatro reais e seis centavos) foram repassadas pelo setor competente, e estas informações são apenas divulgados nesta nota explicativa.

Provisão para Contingências Cíveis	R\$ 5.938.224,01
Provisão para Contingências Trabalhista	R\$ 27.330,05
Total adicionada em 2021	R\$ 5.965.554,06

h) Valores de Realização e Exigibilidade

Os ativos e passivos são demonstrados pelos valores de realização e exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base "pró rata temporis". Quando aplicável, são constituídas provisões para redução dos ativos ao valor de mercado ou provável desvalorização.

Os saldos realizáveis e exigíveis com vencimento em até 12 meses da data do balanço são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



i) Apuração do Resultado

No decorrer do exercício de 2021, as receitas e despesas estão registradas de forma a atender a Lei Federal n.º 4.320 de 17/03/1964. Ao final do exercício, as despesas e receitas são registradas com base em critérios estabelecidos na legislação societária (Lei 6.404/76) e dispositivos complementares, em atendimento ao regime de competência.

4. Disponibilidades

	DEZ/2021	DEZ/2020
Conta Única	1.576.295	1.956.121
Outras contas bancárias	329.299	1.307.265
Aplicações Financeiras	86.981	503.144
TOTAL	1.992.575	3.766.530

Segue detalhamento das contas contábeis:

CONTAS CONTÁBEIS		DEZ/2021	DEZ/2020
1.1.1.1.1.03.02	(F) BANCO DO BRASIL	R\$ 104.263,62	R\$ 232.854,55
1.1.1.1.1.03.03	(F) BRADESCO	R\$ 131.465,23	R\$ 963.312,78
1.1.1.1.1.03.04	(F) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	R\$ 31.100,00	R\$ 35.055,00
1.1.1.1.1.03.16	(F) BANCO ITAÚ S.A.	R\$ 62.470,60	R\$ 76.042,77

A conciliação bancária foi realizada em todas as contas e as documentações comprobatórias foram fornecidas pelas instituições financeiras para identificação. Das pendências de conciliação bancária houve uma regularização de 71% em 2021.

A conciliação bancária da Empetur foi objeto de um minucioso trabalho desta Setorial Contábil quanto a regularização das contas bancárias, exceto conta única.



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



As contas bancárias estão devidamente conciliadas, identificadas todas as pendências e as regularizações dos saldos, estas regularizações que dependem de orçamento para empenhar, como por exemplo transferências judiciais, no qual a Empetur como ré é condenada a pagar com os Recursos que tem em conta corrente, as contabilizações estão ocorrendo de acordo com a disponibilidade de orçamento a ser liberada pela SEFAZ. Na conciliação ainda existem pendências, porém devidamente identificadas.

5. Depósitos Judiciais

A conta 1.1.3.5.1.02.00, constava um saldo de R\$ 1.051.815,77 em 31/12/2019, porém em virtudes dos esforços envidados por esta Setorial junto a Diretoria Financeira, foi viabilizado a contratação de um sistema junto ao Banco do Brasil, no qual nos possibilitou identificar todos os bloqueios e transferências judiciais e ao termos essa informação verificamos que os registros no sistema Efisco, não tinham o histórico adequado ou a ausência deste, verificamos também, que em quase 60% dos lançamentos foram realizados com código genérico para o lançamentos (999) e os que tinham a identificação por CPF ou CNPJ, a maioria foram advindos do sistema que antecedeu a implantação do E-fisco.

Portanto, diante do exposto acima e de posse da documentação comprobatória, onde além de identificar: valor, número do processo, reclamante, se trata de bloqueio ou transferência judicial, optamos em desincorporar os saldos da conta por entendermos que não tinham fundamento algum e procedemos novos registros com base em documentação comprobatória lançando de acordo com os saldos pendentes na conciliação bancária, favorecendo assim o controle, a coerência e a transparência dos registros contábeis.

Ainda há bloqueios que apesar da identificação do processo e dos valores, nos impossibilita de realizar o devido registro contábil, quando os bloqueios ocorrem nas contas de aplicação financeira, que ao contrário do que ocorre nas contas correntes, onde o saldo bloqueado é retirado da conta, os bloqueios nas contas aplicações financeiras permanece o saldo na conta, apenas com o indicativo de bloqueado, ou seja, o recurso não sai da conta, não há movimentação, o que impossibilita seu registro.



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



	DEZ/2021	DEZ/2020
Depósitos Judiciais	1.241.737,69	414.813,21

A conta apresentou um aumento substancial devido aos bloqueios judiciais que ocorreram durante o exercício de 2021, entre os quais podemos citar, o bloqueio em 31/08/2021, no valor de R\$ 401.447,64 referente ao processo nº 0021541-68.2018.8.17.299, cujo autor é a empresa EXITO PROMOCOES E EVENTOS LTDA ME, como também, um bloqueio de R\$ 206.485,27, em 18/10/2021, referente ao processo nº 0000660-70.2018.8.172990, do GRUPO MUSICAL CAVALHEIROS DO FORRÓ.

6. Estoques

Em 2021, foi realizado pelo Almoxarifado o inventário e entregue a Setorial Contábil o relatório referente aos meses de janeiro a dezembro/2021 e assim foi realizada a atualização dos saldos através da realização do registro pela Contabilidade em tempo hábil. Ressaltamos que o aumento de aquisição de materiais em estoque se deu em virtude do combate ao COVID, onde foram necessários a compra de diversos materiais que assegurassem o retorno dos servidores e do público em geral.

7. Despesas Antecipadas

O valor registrado em despesas antecipadas se refere a contratação de empresa de seguro SOMPO SEGUROS S.A, contratada para a Arena Pernambuco, e GENTE SEGURADORA S.A, contratada para o Centro de Convenções de Pernambuco, que são apropriados mensalmente.



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



8. Imobilizado

	2021	2020
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	2.240.911,57	2.192.540,62
BENS DE INFORMÁTICA	379.620,38	369.620,40
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	6.644.609,68	6.640.409,68
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	125.643,00	104.773,00
VEÍCULOS	58.653,00	58.653,00
BENS MÓVEIS CEDIDOS POR TERCEIROS	26.830,00	26.830,00
BENS IMÓVEIS - OBRAS EM ANDAMENTO	1.279.250,39	1.279.250,39
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS MÓVEIS (ATÉ 2019)	(2.071.304,26)	(1.207.414,95)
	8.684.213,76	9.464.662,14

A variação se deu devido a depreciação de bens móveis em 2021 registrada no valor de R\$ 863.889,31 e a aquisição de imobilizado no valor de R\$ 83.440,93.

9. Fornecedores

	DEZ/2021	DEZ/2020
Fornecedores	5.092.439	13.954.040



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



2.1.3.1.1.01.01	(F)FORNECEDORES NACIONAIS DO EXERCÍCIO A PAGAR	2.909.080,09	7.024.559,70
2.1.3.1.1.01.02	(P)OBRIGAÇÕES COM FORNECEDORES NACIONAIS	1.758.289,22	5.868.613,77
2.1.3.1.1.02.01	(F)FORNECEDORES NACIONAIS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	425.069,95	1.060.866,50
	TOTAL	5.092.439,26	13.954.039,97

Referem-se às obrigações assumidas com fornecedores de materiais, prestadores de serviços, convênios e contratos, e a variação diminutiva se deu pelo pagamento das despesas, principalmente de DEA, uma vez que o saldo de R\$ 7.024.559,70 de dez/20 foi transferido em 2021 para a conta de Fornecedores de Exercício Anterior, somando R\$ 8.085.426,20 e desse saldo só resta R\$ 425.069,95, sendo que em 2021, foram empenhados o valor de R\$ 192.311,99 com, a rubrica de fornecedores de exercício anteriores a pagar, conforme planilha a seguir:

FORNECEDORES NACIONAIS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

2017	135.443,18
2018	68.652,00
2019	28.662,78
*2020	192.311,99
TOTAL	425.069,95

10. Impostos e Contribuições a recolher

Impostos e Contribuições a Recolher		
2.1.4.3.5.02.01	(F) ISS A RECOLHER	5.388,71
2.1.8.8.1.01.01	(F) CONSIGNAÇÕES RETIDAS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO	118.181,50
2.1.8.8.1.01.20	(F) INSS RETIDO SERVIDORES SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	83.244,43
2.1.8.8.1.01.23	(F) INSS RETIDO SOBRE SERVIÇOS DE TERCEIROS/PJ	367.238,73
2.1.8.8.1.01.31	(F) IMPOSTO DE RENDA RETIDO SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO	70.431,76
2.1.8.8.1.01.32	(F) IMPOSTO DE RENDA RETIDO, EXCETO SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO	24.763,39
2.1.8.8.1.01.33	(F) COFINS/PIS/PASEP/CSLL (COD.5952)	105.993,89



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



2.1.8.8.1.01.51	(F) IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS RETIDO DE PF E PJ	214.457,40
2.1.8.9.1.03.01	(F) CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	723.350,00
		1.713.049,81

11. Receitas a classificar

		DEZ/2021	DEZ/2020
2.1.8.8.1.80.01	(F) DIVERSAS RECEITAS A CLASSIFICAR	0,00	17.598,99
2.1.8.8.1.80.09	(F) RECEITA DO PECONSIG A CLASSIFICAR/DISTRIBUIR	4.483,22	2.583,46
		4.483,22	20.182,45

12. Adiantamentos recebidos

Os adiantamentos recebidos se referem a valores recebidos pela Empetur entre 2015 e 2021 referente a taxa de reserva para locação dos equipamentos para realização de eventos.

2015	87.794,20
2016	102.091,40
2017	48.207,00
2018	155.285,44
2019	504.137,26
2020	278.340,58
2021	232.536,63
	1.408.392,51

13. Outras Obrigações

Houve quitação de transferências a pagar em 2021, o que motivou a redução do saldo de R\$ 423.904 para apenas R\$ 54,01, referente a diárias



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



14. Capital Social

O capital social é de R\$ 72.065.681 e está representado por 47.609.915 ações nominativas, sendo:

	Ações
Ações Ordinárias (Estado de Pernambuco e Outros)	32.382.637
Ações Preferenciais (FUNGETUR/EMBRATUR e Outros)	15.227.278
TOTAL	47.609.915

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL REALIZADO

SECRETARIA DE TURISMO
EMPRESA DE TURISMO DE PE. GOV. EDUARDO
CAMPOS

EMPETUR

Quadro - Composição do Capital Social Realizado em 30/09/2021.

*Valores
em R\$
mil*

Acionistas	Ordinárias			Preferenciais			Total		
	Qtd	%	Valor	Qtd	%	Valor	Qtd	%	Valor
Estado de PE	32.382.637.267	69,21*	49.883.082		0		32.382.637.267	69,21	49.883.082
Fungetur/Embratur		0		15.227.278.262	29,37	21.165.691	15.227.278.262	29,37	21.165.691
Outros		0		216	1,42	1.016.908	216	1,42	1.016.908
		0			0			0	
		0			0			0	
		0			0			0	
		0			0			0	
Total	32.382.637.267	-	49.883.082	15.227.278.478	31	22.182.599	47.609.915.745	100	72.065.681

A Empetur tem uma composição acionária e o capital social sem avaliação há pelo menos a 30 anos, não há registros de atas e nem livros disponíveis, pois o setor que guardava os documentos sofreu um incêndio e a Contabilidade replicava há décadas o mesmo valor. Na atual Gestão, está em estudo a contratação de uma empresa especializada para realizar todo o resgate documental e em um segundo momento a atualização monetária do capital social da Empetur.

15. Receita Operacional Líquida



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	3.365.346,51	3.638.065,34
Receita de Serviços Recreativos e Culturais	2.201.436,42	2.788.058,41
Receita de Aluguéis	770.799,19	608.622,76
Receita de Exploração de Bens Imóveis	204.559,99	211.961,11
Receita Proveniente da Prestação de Serviços	188.550,91	29.423,06
DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA	(97.766,71)	(291.599,23)
(-) Dedução do ISS	40.727,64	(68.225,45)
(-) Dedução do COFINS	46.864,53	(183.528,64)
(-) Dedução do PIS	10.174,54	(39.845,14)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.267.579,80	3.346.466,11

15.1 Receita de Serviços Recreativos e Culturais

A Empetur arrecada a Receita de Serviços Recreativos e Culturais através da locação dos teatros, auditórios, espaços externos, campos de futebol e salas para a realização de eventos no Centro de Convenções, Arena-Pernambuco, Museu Cais do Sertão e Parque Memorial Arcoverde, registrados no Sistema Efisco conforme detalhamento abaixo.

CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA 1.6.1.0.01.1.1.01 - SERVIÇOS
RECREATIVOS E CULTURAIS

0241000000 - Fonte do Centro de Convenções	R\$ 1.479.085,33
0241560801 - Fonte da Arena Pernambuco	R\$ 588.436,73
0241560802 - Fonte do Cais do Sertão	R\$ 229.501,46
0241560803 - Fonte Memorial Arcoverde	R\$ 151.654,40

Informamos que os valores acima se referem a conta contábil 6.2.1.1.1.00.00 – Receita a realizar, por esse motivo há uma diferença do valor, em virtude de parte da receita estar registrada em Adiantamentos de credores.



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



15.2 Receita de Aluguéis

A receita de aluguel recebida pela Empetur compreende a locação de lojas, espaços para antenas telefônicas e área de instalação do Mirabilândia Park, conforme detalhamento por fonte abaixo relacionado.

1.3.1.0.01.1.1.01 - ALUGUÉIS

0241000000 - Fonte do Centro de Convenções	370.507,23
0241560801 - Fonte da Arena Pernambuco	215.478,30
0241560802 - Fonte do Cais do Sertão	184.813,66

15.3 Receita de Exploração de Bens Móveis

A Receita de Exploração de Bens Móveis se refere a concessão de área para estacionamento do CECON e Arena e espaço para bar e lanchonete na Arena Pernambuco.

1.3.1.0.99.1.1.01 - OUTRAS VPA DE EXPLORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

0241000000 - Fonte do Centro de Convenções	120.590,00
0241560801 - Fonte da Arena Pernambuco	83.969,99

15.4 Receita Proveniente da Prestação de Serviços

A Receita proveniente da Prestação de Serviços é oriunda da participação da Empetur no âmbito do mercado de curto prazo de compra e venda de energia solar, porém em 97% dela foi aportada pela ADEPE – Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco para despesas com liquidações Financeiras do Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica, conforme Contrato de Prestação de Serviços de Liquidação Financeira, Custódia de Garantias e Outras Avenças, firmado



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



entre a Empetur e o Bradesco Energia, no qual a ADEPE é a Gestora do Consórcio de energia limpa.

1.6.9.0.99.1.1.01 - OUTRAS VPA PROVENIENTES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

0101000000 – Fonte do Tesouro Estadual 188.550,91

Receita oriunda da participação da Empetur no âmbito do mercado de curto prazo de compra e venda energia elétrica (energia solar).

16. Despesas Operacionais

As despesas operacionais seguem detalhadas abaixo:

16.1 Gerais e Administrativas

	2021	2020
Prestação de Serviço PF Sem Vínculo Empregatício	(241.678,34)	(243.990,67)
Prestação de Serviço PJ	(25.518.259,39)	(28.652.090,86)
Locação de Mão-de-Obra	(6.019.102,22)	(5.022.084,25)
Aluguéis	(564.515,11)	(589.165,10)
Veículos Conservação de Bens e Instalações	(2.463.806,67)	(2.161.535,54)
Propaganda Publicidade e Patrocínio	(4.593.519,80)	(3.640.303,65)
Desincorporação de Ativos	-	(3.158,21)
Depreciação e Amortização	(863.889,31)	(923.972,98)
Provisões	-	(1.241.939,43)
Sentenças judiciais	(3.716.264,99)	(7.231.161,54)
Multas	(704,33)	(920,04)



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



Viagens, diárias e ajuda de custo	(174.632,72)	(166.899,64)
Outras Transferências	-	(1.680.000,00)
Indenizações e restituições	(89.671,50)	(130.603,90)
Reavaliação Diminutiva de Bens Móveis	(297,02)	(1.396.133,26)
Transferências concedidas	(841.480,00)	(449.540,59)
	<u>(45.087.821,40)</u>	<u>(53.533.499,66)</u>

16.2 Pessoal e encargos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ordenados, Salários, Gratificações e Outras	(14.530.933,36)	(14.603.445,63)
Outros Gastos com Pessoal	(1.337.073,56)	(1.341.377,88)
Encargos Sociais Previdência Social	(3.731.058,28)	(3.648.564,68)
Encargos Sociais FGTS	(1.080.670,72)	(1.064.238,90)
	<u>(20.679.735,92)</u>	<u>(20.657.627,09)</u>

16.3 Tributárias

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Tributos e taxas à conta do locatário	(177,56)	-
Juros	(313.240,57)	-
Multas de mora de obrigações tributárias	(5.380,71)	-
Empresas – IPTU	(485.602,54)	(428.735,10)
Empresas – IPVA	(340,64)	-
Taxas - Jucepe	(23.936,00)	(2.262,00)
Taxas - Detran	-	(599,27)



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



C.I.M., Taxa de limp urbana, Taxa de vigilância sanitária, TSD (pref.)	(4.765,62)	(4.585,76)
Taxa de prevenção e extinção (Bombeiros)	(16.483,06)	(93.756,73)
Outras Taxas não especificadas	(1.107,30)	(2.914,71)
Taxa de prevenção e extinção de incêndio (Bombeiro)	(78.174,11)	
DEA – Outras Taxas	-	(7.695,90)
	(929.208,11)	(540.549,47)

16.4 Outras Despesas Operacionais

	2021	2020
Combustíveis e lubrificantes auto motiveis.....	(130.044,61)	(95.066,73)
Combustíveis e lubrif. p/ outras finalidades	-	(452,30)
Gás e outros materiais engarrafados	(425,00)	-
Alimentos para animais	(266,70)	(175,61)
Gêneros de alimentação	(7.076,20)	(11.686,28)
Material farmacológico	(282,40)	(106,60)
Material químico	-	(278,90)
Material educativo e esportivo	-	(2,20)
Material de expediente	(12.161,66)	(9.599,25)
Material de processamento de dados	(4.162,10)	(3.718,22)
Materiais e medicamentos p/ uso veterinário	(759,10)	-
Material de acondicionamento e embalagem	(1.189,50)	(570,00)
Material cama, mesa e banho	-	(176,00)
Material de copa e cozinha	(9.829,50)	(7.308,92)



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



Material de limpeza e prod. De higienização	(36.441,62)	(14.553,27)
Uniformes, tecidos e aviamentos	(2.217,18)	(80,84)
Material p/ manut.de bens imóveis/instalações	(135.320,81)	(67.059,79)
Material p/ manutenção de bens moveis	(79.204,24)	(2.049,45)
Material elétrico e eletrônico	(304.877,01)	(369.424,24)
Material de proteção e segurança	(11.085,50)	(5.133,27)
Material para comunicacoes	-	(13,00)
Material Hospitalar	(651,00)	(631,00)
Material p/ manutenção de veículos	(4.873,00)	-
Ferramentas	(1.884,04)	(1.473,45)
Material p/ reabilitação profissional	(65,80)	-
Material de sinalização visual e outros	(27.857,52)	(260,12)
Bens móveis não incorporáveis	(1.904,90)	-
DEA - Material de consumo	-	(18.876,20)
Material de consumo	(8.166,14)	(1.222,27)
	(780.745,53)	(609.917,91)

16.5 Outras Receitas Operacionais

	2021	2020
Reavaliação aumentativa de bens móveis	9.999,98	1.239.368,32
Reavaliação de intangíveis	-	237,87
Ganhos com incorporação de outros direitos	57.039,07	162.118,48
Ganhos com cancelamento de restos a pagar	1.404.372,65	1.236.683,55
Multas administrativas	560,00	900,00
Restituições	300.574,90	62.110,88



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



Recuperação de despesas orçamentárias de exercícios anteriores	42.279,38	6.367,91
Outras receitas	10	-
Variações patrimoniais aumentativas decorrentes de fatos geradores diversos	13.804,01	-
Ressarcimento de pessoal a disposição - Remuneração	-	24.740,73
Outras restituições	-	126.350,40
Outras transferências não financeiras recebidas - independentes de execução orçamentária	20.933,15	-
Outras transferências voluntárias da união	-	20.000,00
Bens móveis - doações recebidas de outro órgão	309.999,99	-
	2.159.573,13	2.878.878,14

16.6 Transferências líquidas do Tesouro Estadual

	2021	2020
Cota financeira recebida do órgão financeiro central	62.645.295,63	82.461.364,96
Dedução decota financeira recebida do órgão central, ref. a baixa de Créd. Intraorçamentário a receber de RP	(7.068.539,33)	(24.510.360,78)
	55.576.756,30	57.951.004,18

17. Resultado Financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras	7.310	13.898
Despesas financeiras	(286.196)	(182.234)



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



Resultado financeiro

(278.885)

(168.336)

17.1 Receitas Financeiras

As receitas financeiras são os rendimentos bancários referente às aplicações financeiras e aos juros e multas de clientes oriundos dos pagamentos em atraso, detalhados a seguir.

	2021
MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS	5.221,23
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	2.089,22
	<u>7.310,45</u>

17.2 Despesas Financeiras

As despesas financeiras são valores referentes a tarifas bancárias e taxas de encargos devido a comercialização de energia.

	2021
SERVIÇOS BANCÁRIOS	(284.999,99)
PERDAS EM APLICAÇÕES FINANCEIRAS	(1.195,53)
	<u>(286.195,52)</u>

18. Ajustes de Exercícios Anteriores

(P) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.233,15C
(P) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	22.147.118,59C



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



Os ajustes de exercícios anteriores se referem a cancelamentos de Documentos Hábeis, ajustes nas provisões de folha de pagamento, baixa da provisão de contingência de processos judiciais cíveis e trabalhistas, ajustes de restos a pagar processados que correspondeu a 32% dos ajustes realizados, do qual daremos os devidos esclarecimentos a seguir e demais regularizações.

	2021
Baixa da provisão de folha de pagamento	2.336.375,89
Cancelamento de Documentos Hábeis	5.533.583,71
Regularização de Restos a pagar	7.068.539,33
Baixa da provisão de contingência	7.513.109,66
Demais regularizações	-303.256,85
	<u>22.148.351,74</u>

A baixa da provisão da contingência referente a conta 2.2.7.4.1.01.00 - PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES CÍVEIS se deu pelo pagamento de processos judiciais informado pela Diretoria Jurídica através do SEI 0060300062.002188/2021-31 e 0060300062.000052/2022-77 abaixo, e a regularização se fez necessária devido o pagamento não ter baixado diretamente a conta de provisão.



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



CI - Comunicação Interna

CI nº 221/2021 – EMPETUR - Diretoria Jurídica – EMPETUR-DJU

Em, 05 de outubro de 2021

A Senhora

Gerente - SCN

Iva da Neves Lima de Souza

Assunto: **PROVISÃO DE CONTINGENCIAMENTO JUDICIAL**

Senhora Gerente,

À míngua de qualquer outro método possível para a indicação precisa do passivo existente sob a administração desta Diretoria Jurídica e considerando o ajuizamento de novas demandas, assim como a imprevisibilidade de seus resultados, indica-se a provisão apresentada no ano de 2020 com a devida atualização monetária, com a exclusão de processo cujo valor remontava à quantia de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais):

.2.7.1.1.01.00	(P) PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	R\$1.200.000,50
2.2.7.4.1.01.00	(P) PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES CÍVEIS	R\$5.939.470,00

Cordialmente,

OSMAR HENRIQUE F S A UMBELINO

Diretor Jurídico



Documento assinado eletronicamente por **Osmar Henrique Ferreira e Silva de Azevedo Umbelino**, em 07/10/2021, às 15:02, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



CI - Comunicação Interna

CI nº 20/2022 – EMPETUR - Diretoria Jurídica – EMPETUR-DJU

Em, 19 de janeiro de 2022

A Senhora

Gerente - SCN

Iva da Neves Lima de Souza

Assunto: **PROVISÃO DE CONTINGENCIAMENTO JUDICIAL**

Senhora Gerente,

À míngua de qualquer outro método possível para a indicação precisa do passivo existente sob a administração desta Diretoria Jurídica e considerando o ajuizamento de novas demandas, assim como a imprevisibilidade de seus resultados, indica-se a provisão apresentada no ano de 2020 com a devida atualização monetária, com a exclusão de processos cujo valores remontavam à quantia de R\$ 1.513.109,669 (Um milhão, quinhentos e treze mil, cem e nove reais e sessenta e seis centavos):

2.7.1.1.01.00	(P) PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	R\$1.200.000,50
2.2.7.4.1.01.00	(P) PROVISÃO PARA INDENIZAÇÕES CÍVEIS	R\$5.939.470,00

Cordialmente,

OSMAR HENRIQUE F S A UMBELINO
Diretor Jurídico



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



Os cancelamentos de Documentos hábeis foram motivados pela orientação da Secretaria da Fazenda - SEFAZ através do SEI 1500000144.001197/2021-05 abaixo, em virtude de haver documentos de 2014 a 2016 registrados de despesas patrimoniais de exercícios anteriores que não seriam utilizados em virtude de erro ou duplicidade, por exemplo, e o cancelamento se fez necessário impactando a referida conta.



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



SECRETARIA
DA FAZENDA



Ofício Circular Nº 3/2021 - CONTADORIA GERAL DO ESTADO

Recife, 05 de outubro de 2021.

Assunto: OFÍCIO CIRCULAR ÀS UGs - CANCELAMENTO DE DHs 2014-2016

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo SEI nº 1500000144.001197/2021-05

À

SETORIAL CONTÁBIL/GERÊNCIA FINANCEIRA

Prezado(a) gestor(a),

Tendo em vista o que dispõe o Decreto de Encerramento do Exercício de 2020 (Decreto Nº 49.544, de 9 de outubro de 2020), em seu artigo 7º reproduzido a seguir, reiteramos a necessidade da análise permanente dos saldos de DH a liquidar, de forma a garantir a fidedignidade dos registros contábeis:

“Art. 7º Os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo deverão, até o final do exercício de 2020, relativamente aos saldos de Documento Hábil – DH - decorrentes de erros, tais como duplicidade, valor registrado a maior e registro indevido:

I – cancelar aqueles remanescentes de exercícios anteriores; e

II – estornar os registrados neste exercício.

§ 1º Serão mantidos os saldos de DH registrados no exercício atual e em anteriores que ainda serão objeto de empenhamento de Despesas de Exercícios Anteriores – DEA - em 2021.”

Em cumprimento ao acima disposto, e considerando que tal obrigação será reproduzida no Decreto de Encerramento do atual exercício, solicitamos que sejam providenciados até o dia 31.10.2021, especificamente:

1. O cancelamento de todos os saldos de DH a liquidar remanescentes dos exercícios de 2014, 2015 e 2016, com



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



exceção dos saldos devidos que serão objeto de liquidação em 2022;

2. O envio a esta Contadoria, por meio de Ofício, da relação dos DHs pertencentes a esses exercícios cujos saldos a liquidar sejam devidos, acompanhados de justificativa para a não efetivação das respectivas liquidações até o presente momento.

Para este fim, segue anexa a este Ofício a orientação dos procedimentos para consulta e cancelamento de saldos de DH a liquidar no e-Fisco, que será também encaminhada por meio da mensageria do e-Fisco.

Na certeza de contar com sua habitual atenção para o exposto, desde já agradecemos e ficamos à disposição para eventuais esclarecimentos através do e-mail gcon@sefaz.pe.gov.br.

Atenciosamente,

PAULO FRANCISCO FERREIRA
CONTADOR GERAL DO ESTADO



Documento assinado eletronicamente por **PAULO FRANCISCO FERREIRA**, em 06/10/2021, às 10:49, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **17571934** e o código CRC **300E01FD**.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Rua Imperador Pedro Segundo, S/N, - Bairro Santo Antônio, Recife/PE - CEP 50040-000, Telefone:
31836808

A Secretaria da Fazenda repassou a Empetur em 2021, sob o título de subvenção o valor total de R\$ 62.645.295,63, sendo que R\$ 7.068.539,33 foram referentes a despesas de restos a pagar processados.

Através do mecanismo de repasses da Sefaz as subvenções são transferidas pelos totais liberados, sem distinções do que seja despesa do exercício ou pagamento de despesas já liquidadas. Para que não haja impacto positivo no resultado contábil em algumas empresas dependentes é facultado o uso do evento contábil 540.171, que registra os créditos intraorçamentários a receber de RP e a fonte de recursos dos RP recebedores de repasse bancário, retificando através desse evento o saldo de repasses recebidos a título de subvenção.



EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO
GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021



Vale ressaltar, que a Empetur de acordo com seu regime jurídico é uma empresa de Sociedade Anônima, no entanto se comporta como uma estatal dependente financeiramente do Tesouro Estadual, e por esse motivo a mesma é obrigada a utilizar o sistema financeiro do Estado, o Efisco, que é parametrizado para a administração pública direta, portanto podendo em alguns casos haver conflito legal entre os registros dos lançamentos ocasionando no caso dos Ajustes de Exercícios Anterior um aumento na Reserva de Lucros no período. Essa situação prejudica a empresa em vários aspectos uma vez que a empresa, como Sociedade por Ações, deve atender à legislação societária comercial, Lei nº 6.404/76 e como Estatal dependente deve atender à Lei nº 4.320/64, ocorrendo diferenças relevantes que dificultam o atendimento aos dois grupos de normas.

IVA DAS NEVES LIMA DE SOUZA:64867234591

Assinado de forma digital por IVA
DAS NEVES LIMA DE
SOUZA:64867234591
Dados: 2022.03.25 10:44:32 -03'00'

IVA DAS NEVES LIMA DE SOUZA
CONTADORA CRC 023898/O BA /SPE

ANTONIO PERES NEVES BAPTISTA:03034465440

Assinado de forma digital por ANTONIO
PERES NEVES BAPTISTA:03034465440
Dados: 2022.03.25 10:44:59 -03'00'

ANTÔNIO PERES NEVES BAPTISTA
DIRETOR PRESIDENTE